



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**

(Dos Srs. Deputados **CHRIS TONETTO** e **LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA**)

Altera dispositivos da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, definindo termos e condutas.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta lei modifica a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), definindo termos e condutas.

Art. 2º A Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º .....

§ 1º (*renumerado por transformação do parágrafo único*) .....

§2º - Por atos de hostilidade, entendem-se as ações:

I - que causem lesão física ou dano material a pessoas e a bens móveis ou imóveis representativos da ordem pátria;

II - que limitem, violem ou bloqueiem o acesso e o uso de bens públicos, móveis ou imóveis, incluindo vias públicas, sem prévia e explícita autorização legal;

III - que limitem, violem ou impeçam o direito de livre expressão dos cidadãos brasileiros e seus representantes;

IV - que prestem financiamento de qualquer natureza para a execução dos atos descritos nos incisos I, II e III;

V - de reivindicação da autoria dos atos descritos nos incisos anteriores.” (NR)

“16-A Para fins desta Lei, considerar-se-á grave ameaça apenas caso o agente possua, de fato, os meios necessários para realizar o intento criminoso.

§1º Não será punido aquele que comprovadamente não possuía, à época do fato, meios de tornar real o crime.

§2º Ninguém será punido pelo mero exercício de opinião, excetuando-se os casos descritos como crimes pelo ordenamento jurídico.

§3º Garantir-se-á àqueles cuja função presume imunidade de opinião o livre exercício da palavra, contanto que não haja real risco à ordem constitucional.” (NR)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art. 20 .....

§ 1º (*renumerado por transformação do parágrafo único*) .....

§2º - Por atos de terrorismo, entende-se:

I - aqueles de considerável potencial lesivo à integridade física individual ou coletiva dos cidadãos ou dos bens públicos ou privados;

II - aqueles que impliquem violação do território nacional;

III - as ações de adultério, de sabotagem e de destruição de sistemas de comunicação e bancos de dados de interesse do Estado;

“Art.

23.....

§1º - Por incitar, entende-se o ato de chamamento, direcionado e de potencial realização, ao ataque das instituições.

§2º - Por subversão da ordem, entende-se o ato que altere diretamente e de forma considerável e lesiva a paz social e a ordem constitucional estabelecida.

§3º - Por animosidade, entende-se o conflito que crie impasse nítido e de material risco à estabilidade e à harmonia.

§4º - Ninguém será punido pelo disposto caso não reste demonstrado real risco de tornar realizável tal intento.” (NR)

“Art. 30 - Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes previstos nesta Lei, conforme procedimentos da legislação processual penal comum.

.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Observando a necessidade de uma atualização e de uma melhor definição de termos e condutas presentes na Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional - LSN), este Projeto de Lei busca dirimir impasses, tantas vezes discutidos de forma incansável pela doutrina e pela jurisprudência, principalmente após o advento da Constituição Federal de 1988. Tais impasses, além de serem objeto de incansáveis análises dos que debatiam a respeito da receptividade constitucional de vários dos dispositivos da LSN, também, por muito, foram objeto de indefinidas discussões de índole hermenêutica, interpretativa.

Quanto à não-receptividade da norma pela CF/88, o debate se estende ao extremo de quem defende que, na sua totalidade, a Lei de Segurança Nacional não apresenta

Apresentação: 18/03/2021 10:45 - Mesa

PL n.954/2021

Documento eletrônico assinado por Chris Tonietto (PSL/RJ), através do ponto SDR\_56289, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



\* C B 2 1 5 6 2 2 1 0 1 1 0 0 \*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

concordância e reciprocidade principiológica com o novo alvorecer constitucional, o que justificaria a sua ab-rogação do ordenamento jurídico pátrio. Fato é que, diga-se de passagem, existe, aí, um profundo desconforto de caráter ideológico por parte de alguns doutrinadores, operadores do direito, por ainda estar em vigor uma lei dos tempos do Regime Militar que define crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. Contudo, nem mesmo o Supremo Tribunal Federal parece seguir essa linha de pensamento, já que casos recentes dão conta de seu uso (mesmo que supostamente de maneira inadequada) pela nossa Suprema Corte.

Hoje, com o surgimento de novas leis que tipificam condutas existentes na Lei nº 7.170/83, boa parte do seu conteúdo já não mais possui aplicabilidade. Adiante, os dispositivos que ainda são evocados costumam ser, infelizmente, desvirtuados pelo fenômeno da interpretação extensiva (ou “criativa”, como é em boa parte dos casos) para que sirvam como base de decisões extravagantes.

Sendo assim, a fim de que se defina melhor, à luz da Constituição Federal, quais são os limites interpretativos e aplicacionais da Lei supramencionada, este Projeto de Lei faz uma interpretação autêntica – uma delimitação textual da legislação pelo próprio órgão editor (Câmara dos Deputados) – dos determinados termos e condutas que, talvez pelo tempo, necessitam de nova abordagem, mais clara e direta.

Aproveitando o ensejo, entendemos por conveniente corrigir, no Art. 30 da LSN, a competência para julgamento dos crimes abordados, já que a antiga redação se encontra em desconformidade com o texto constitucional a respeito de tal matéria processual.

Por fim, entendendo pela importância de esclarecer e melhor delimitar os dispositivos da Lei de Segurança Nacional, zelando pelo seu objetivo de proteção e de segurança pátria, levando em conta o seu caráter jurídico delicado, submetemos o presente a esta Casa e solicitamos que os nobres parlamentares ratifiquem esta iniciativa.

Sala das Sessões, 17 de março de 2021.

Deputada **CHRIS TONIETTO**  
PSL/RJ

Deputado **LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA**  
PSL/SP

Apresentação: 18/03/2021 10:45 - Mesa

PL n.954/2021

Documento eletrônico assinado por Chris Tonietto (PSL/RJ), através do ponto SDR\_56289, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Infoleg - Autenticador

## **Projeto de Lei** **(Da Sra. Chris Tonietto)**

Altera dispositivos da Lei nº  
7.170, de 14 de dezembro de 1983,  
definindo termos e condutas.

Assinaram eletronicamente o documento CD215622101100, nesta ordem:

- 1 Dep. Chris Tonietto (PSL/RJ)
- 2 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PSL/SP)

Apresentação: 18/03/2021 10:45 - Mesa

**PL n.954/2021**

Documento eletrônico assinado por Chris Tonietto (PSL/RJ), através do ponto SDR\_56289, e (ver rol anexo), na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.